

PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI N.º 363, DE 2025

PROJETO DE LEI 363, DE 2025

Altera a Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, que institui a Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura.

Autor: Deputado **JOSÉ GUIMARÃES**

Relatora: Deputada **JANDIRA FEGHALI**

I – VOTO DA RELATORA

Durante a discussão da matéria, foi apresentada a Emenda de Plenário nº 1, do deputado Áureo Ribeiro, que dá nova redação ao § 5º do art. 6º da Lei nº 14.399, de 8 de julho de 2022, dado pelo art. 1º do Projeto de Lei n. 363, de 2025. O objetivo é fixar o valor do repasse anual em R\$ 3 bilhões.

Entendemos que tal proposta caracterizaria despesa obrigatória de caráter continuado, conforme disposto no Art. 17 da Lei de Responsabilidade Fiscal. Incompatível, portanto, com a perenidade que tanto perseguimos para uma política de fomento à cultura, além de inadequação financeira e orçamentária da proposta.

Ademais, entendemos, que a alteração proposta não é condizente com exigências formais constantes no art. 113 do ADCT, na Lei n.º 15.080, de 30 de dezembro de 2024 (Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2025), e na Lei Complementar 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade



Fiscal), com alterações da Lei Complementar n.º 200, de 30 de agosto de 2023.

Por fim, após diálogo com diversos líderes, consideramos ser urgente que a proposição seja enviada ao Senado Federal, em função da proximidade do final do prazo de vigência da Medida Provisória que deu origem ao projeto ora sob análise. Avaliamos, portanto, que o melhor caminho é manter o texto conforme parecer protocolado no dia 25 de abril.

Ante o exposto:

- a) pela Comissão de Cultura, somos pela rejeição da Emenda de Plenário nº 1.
- b) no âmbito da Comissão de Finanças e Tributação, votamos pela inadequação financeira e orçamentária da Emenda de Plenário n.º 1.
- c) pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela inconstitucionalidade, injuridicidade e má técnica legislativa da Emenda de Plenário nº 1.

Sala das Sessões, em 28 de Abril de 2025.

Deputada Jandira Feghali

Relatora

